

Artigo Original

DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2447-8539.20170002>

Avaliação cognitiva de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência do município de Araguari – MG

Cognitive evaluation of elderly residents in long-permanence institutions of the municipality of Araguari-MG

Herbert Cristian de Souza^{1*}, Eduardo do Nascimento Cintra¹, Bruna Aparecida dos Santos Toneto¹, Ivana Cardoso de Melo¹

¹ Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC. Araguari, MG.

* Autor para correspondência (e-mail): herbert.souza@imepac.edu.br

RESUMO

A avaliação cognitiva investiga o estado mental do indivíduo. O conhecimento das funções cognitivas permite traçar ações em saúde para a melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados, prevenindo assim perdas cognitivas que impactam no cotidiano desses indivíduos. O presente estudo teve por objetivo avaliar o estado cognitivo de idosos residentes em duas Instituições de Longa Permanência (ILP) de Araguari (MG). Trata-se de uma pesquisa de corte transversal, descritiva e quantitativa, realizada com os residentes das ILPs de Araguari-MG no período de março a junho de 2015. O instrumento utilizado na coleta de dados foi o MEEM. Do total de entrevistados 22% eram analfabetos, desses 14% atingiram a pontuação sugerida pelo exame, 40% estudaram de 1 a 3 anos, nesse grupo a nota de corte não foi alcançada e 38% tinham de 4 a 7 anos de escolaridade, desses 25% atingiram a pontuação sugerida. Com relação ao sexo, 11% das mulheres e 14% dos homens atingiram a pontuação desejada. A partir dos resultados obtidos, observou-se que os idosos residentes nas ILPs do município de Araguari-MG apresentaram uma expressiva perda cognitiva, sendo predominantemente mais acometido o sexo feminino.

Palavras-Chave: Cognição, Idoso, Instituição de Longa Permanência para Idosos.

ABSTRACT

Cognitive evaluation investigates the individual's mental state. The knowledge of cognitive functions turns possibly make health goals to improve the quality of life of the institutionalized elderly, thus preventing cognitive losses that impact the daily life of these individuals. The present study had as objective evaluate the cognitive status of elderly residents in two long-permanence institutions (LPI) in Araguari - MG. It is a transversal cut, descriptive and quantitative study search made in the LPIs residents of Araguari - MG from March to June 2015. The instrument used in the data collection was the MEEM. Of the total number of interviewed, 22% were illiterate, of which 14% reached the score suggested by the exam; 40% had studied from 1 to 3 years. In that group, the necessary grade was not reached and 38% had studied from 4 to 7 years; of these 25% achieved the suggested score. Related to gender, 11% of women and 14% of men reached the required score. From the obtained results, it was observed that the elderly living in the LPIs of the city of Araguari - MG presented an expressive cognitive loss, being predominantly more affected the female sex.

Key Words: Cognition, Elderly, Long-term Institution for Elderlies.

Introdução

A vida é um ciclo biológico, em que uma das etapas é o envelhecimento. O envelhecer pode ser saudável, preser-

vando as funções cognitivas, pessoais e de relação do indivíduo, e ser satisfatório (bem-sucedido) ou usual (com prejuízos cognitivos). É inegável que, com o passar dos anos, as células, órgãos e sistemas do corpo humano comecem a

apresentar déficits, havendo perdas em seu bom funcionamento. No envelhecimento, o sistema nervoso central é o mais comprometido, por ser atingido por fatores intrínsecos (genéticos) e extrínsecos (meio ambiente, metabolismo, radicais livres), que afetam as funções mais importantes do organismo, como aquelas que capacitam o indivíduo para a vida social. Assim, ocorre redução da capacidade intelectual, seja essa de memória, raciocínio lógico, juízo crítico, funções práxicas e gnósicas, afetividade, personalidade e atitude (CONVERSO; IARTELLI, 2007).

A cognição é uma definição da atividade mental, que engloba habilidades como sentir, pensar, perceber, lembrar, raciocinar e a capacidade de produzir respostas às solicitações e estímulos externos. O termo cognição refere-se ao ato ou processo da aquisição do conhecimento que se dá através da percepção, atenção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem. É o conjunto dos processos mentais que são utilizados no pensamento, na classificação, reconhecimento e compreensão de um fato para o julgamento através do raciocínio e aprendizado de determinados sistemas e soluções de problemas. De uma maneira mais simples, pode-se dizer que cognição é a forma como o cérebro percebe, aprende, recorda e pensa sobre toda informação captada através dos cinco sentidos (LEITE et al., 2009).

O estudo do envelhecimento e das funções cognitivas torna-se cada vez mais importante uma vez que projeções das Nações Unidas apontam que 1 a cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050. Estimativas apontam que em 2050 pela primeira vez haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos (BRASIL, 2012).

O último censo realizado em 2012 mostrou que 810 milhões de pessoas têm 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. Projeta-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de dez anos e que duplique em 2050, alcançando 2 bilhões de pessoas (22% da população global). Além disso, notou-se a feminilização da velhice, ou seja, há predomínio do gênero feminino na população idosa (BRASIL, 2012).

O envelhecimento é reflexo da diminuição da taxa de crescimento populacional aliado a menores taxas de natalidade e fecundidade. No Brasil, de acordo com o IBGE, os idosos (pessoas com mais de 60 anos) somam 23,5 milhões de pessoas, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas. Na comparação entre 2009 (última pesquisa divulgada) e 2011, o grupo aumentou 7,6%, ou seja, mais 1,8 milhão de pessoas. Há dois anos, eram 21,7 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até quatro anos no país caiu de 16,3 milhões, em 2000, para 13,3 milhões, em 2011 (BRASIL, 2012).

O aumento da população idosa juntamente com os prejuízos trazidos pelo processo de envelhecimento fez com que houvesse uma elevação no número de indivíduos nas Instituições de Longa Permanência (ILP). A literatura mostra que o déficit na realização de tarefas de vida diária e no estado mental predispõe o encaminhamento de idosos às ILP, pelos familiares. Ademais, as alterações do estado cognitivo e a não realização de atividades antes exercidas, estão entre os principais motivos da institucionalização dos idosos (MELLO et al., 2012).

A partir disso, percebe-se a importância de analisar a função cognitiva dos idosos institucionalizados. A avaliação cognitiva é uma investigação completa que exige a aplicação de vários testes para que se avalie adequadamente, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, o estado cognitivo de cada paciente. Os recursos utilizados na avaliação cognitiva são: anamnese, testes e exame de neuroimagem. Sendo o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) um dos testes mais utilizados (LOURENÇO; VERAS, 2006).

Por meio do conhecimento das funções cognitivas pode-se traçar ações em saúde para a melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados, prevenindo assim perdas cognitivas que impactam no cotidiano desses indivíduos. Considerando esses aspectos, este estudo teve por objetivo avaliar o estado cognitivo de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência (ILP) de Araguari, Minas Gerais.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico de corte transversal, com abordagem quantitativa, realizado com os idosos residentes em duas Instituições de Longa Permanência do município de Araguari-MG no período de março a junho de 2015. O instrumento utilizado na coleta de dados foi o Mini Exame do Estado Mental (MEEM), que é um instrumento psicométrico usado mundialmente como um rastreamento do estado cognitivo e que auxilia no diagnóstico de demência. O questionário avalia cinco áreas da cognição: orientação, registro, atenção e cálculo, recuperação e linguagem. Esse exame é influenciado de maneira significativa pelo nível educacional dos idosos – ou seja, quanto maior o grau de escolaridade do indivíduo, maiores escores ele atinge quando submetido à avaliação através desse instrumento.

O MEEM é uma escala composta por itens que avaliam orientação temporal e local, registro de palavras, atenção e cálculo, memória, linguagem e capacidade construtiva visual. Considerando a influência da educação sobre o MEEM, o ponto de corte para o diagnóstico genérico de “declínio cognitivo” em idosos é de 19 pontos para analfabetos, 23 pontos para os de 1 a 3 anos de escolaridade, 24 pontos para os de 4 a 7 anos de estudos, e 28 pontos para os que estudaram mais que 7 anos (Lourenço & Veras, 2006). Consiste em um questionário de onze perguntas que avaliam as habilidades cognitivas, sendo necessário saber o grau de escolaridade do entrevistado (Brasil, 2006).

As ILP foram nomeadas de ILP A e ILP B, sendo a ILP A com 58 idosos e a ILP B com 59 idosos. Dos 117 idosos residentes nas duas ILP, apenas 32 idosos participaram da pesquisa, sendo 13 da ILP A e, 19 da ILP B, uma vez que os demais idosos foram excluídos da investigação devidos aos critérios de seleção. O questionário do MEEM foi aplicado pelos próprios pesquisadores e teve como critérios de inclusão idosos e residentes nas ILP, e como critérios de exclusão a recusa, ausência de fala e/ou visão.

A pesquisa foi autorizada pelos representantes legais das Instituições por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Resultados

Do total de entrevistados, 56% (n=18) eram do gênero feminino e 44% (n=14) do masculino, desses 89% das mulheres e 86% dos homens apresentaram déficit cognitivo, de acordo com a Figura 1. A faixa etária variou de 60 a 86 anos. Da amostra de idosos avaliados, 22% (n=7) eram analfabetos, 40% (n=13) estudaram de 1 a 3 anos e os outros 38% (n=12) tinham de 4 a 7 anos de escolaridade. Dos 7 analfabetos, 14% (n=1) atingiram a nota de corte sugerida pelo exame (19 pontos). A pontuação desejada (23 pontos) para os de 1 a 3 anos de escolaridade não foi alcançada pelos entrevistados. Com relação aos avaliados com 4 a 7 anos de estudos, apenas 25% (n=3) conseguiu atingir a pontuação sugerida (24 pontos).

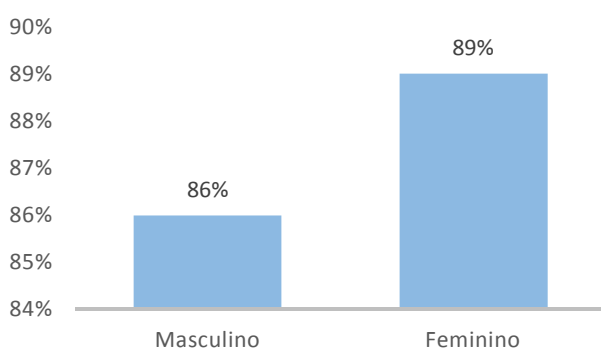


Figura 1 - Relação percentual entre a perda cognitiva e o sexo de idosos institucionalizados.

A Tabela 1 mostra a relação entre escolaridade, pontuação desejada e resultados obtidos após realização do MEEM. A pesquisa mostrou que apenas 12,5% (n=4) dos idosos institucionalizados não sofreram perdas cognitivas.

Os dados obtidos sugerem que quanto maior a escolaridade menor será o déficit cognitivo. Com relação ao gênero, apenas 11% (n=2) das mulheres atingiram os pontos de acordo com a sua escolaridade, enquanto 14% (n=2) dos homens obtiveram bom resultado. Isso sugere que existe uma relação de maior perda cognitiva ao sexo feminino. Não houve relação da idade dos entrevistados com o grau de déficit cognitivo, pois residentes mais idosos alcançaram maior pontuação comparados com alguns que eram mais novos.

Tabela 1 - Relação entre escolaridade, pontuação desejada e resultados obtidos após realização do MEEM

Escolaridade	Pontuação Sugerida	Atingiram Pontuação
Analfabetos	19 pontos	14% (1/7)
De 1 a 3 anos	23 pontos	0% (0/13)
4 a 7 anos	24 pontos	25% (3/12)

Discussão

De acordo com Melo & Barbosa (2015), a literatura indica que o baixo grau de escolaridade está associado à ob-

tenção de resultados menores no MEEM, sugerindo um déficit cognitivo. O baixo nível educacional está relacionado à pobreza, ao baixo *status* socioeconômico, ao menor acesso aos serviços de saúde e é um fator de risco para demência. Kopper et al. (2009), mostram que não há relação da perda cognitiva em idosos com o gênero, idade e escolaridade dos mesmos. No presente trabalho pode-se observar que os idosos com menor escolaridade obtiveram piores resultados no MEEM em relação àqueles que possuíam maior grau de escolaridade corroborando com os dados apresentados por Melo & Barbosa (2015).

Estudo realizado por Ferreira et al. (2011), mostrou que a maioria dos idosos incluídos na amostra era do sexo feminino. Entretanto, não se percebeu diferença significativa entre os sexos quanto à avaliação cognitiva. Converso & Iartelli (2007), em sua pesquisa afirmam que não houve relação estatisticamente significativa entre os resultados obtidos pelo sexo masculino e feminino. Esses dados não estão de acordo aos encontrados por esta pesquisa, que demonstrou que as mulheres residentes nas ILPs apresentaram maior perda cognitiva comparada aos homens. Em relação à idade, este estudo entra em concordância com o que foi relatado por Kopper et al. (2009), onde a idade não influenciou nos escores obtidos.

Do total de idosos entrevistados apenas 12,5% (4/32) não apresentaram perdas cognitivas. Esse dado mostrou-se inferior ao publicado por Converso & Iartelli (2007), os quais também realizaram o MEEM e obtiveram um resultado onde 23,28% dos residentes de uma instituição de longa permanência alcançaram a pontuação desejada.

Na literatura, atividades que mantêm os idosos ativos mentalmente e fisicamente, proporcionam maior autonomia e qualidade de vida. Outro tipo de recurso que pode mantê-los com menor risco para senilidade e, quando já presente, com uma melhora e/ou não-progressão da mesma, é a musicoterapia. Preservar a capacidade funcional do indivíduo que envelhece significa valorizar sua autonomia, tornando sua autoestima mais elevada e possibilitando uma senescência proveitosa. Isso pode ser proporcionado pelo estímulo mental e físico constante, pelas atividades que retardem um possível declínio cognitivo e/ou preservem habilidades cerebrais presentes (LEITE et al., 2009).

Um fator importante que pode contribuir para o agravamento da perda cognitiva é o sedentarismo. Diante disso, para se evitar a perda cognitiva em idosos, certas atitudes podem ser tomadas: a prática de exercícios físicos regulares, preferencialmente antes dos 65 anos de idade (quanto mais precoce melhor); a adoção de uma dieta equilibrada, hipossódica e hipolipídica, visando evitar hipertensão arterial, e outras doenças que possam comprometer o sistema cardiovascular; e o estímulo contínuo da atividade cerebral, através musicoterapia, interações sociais e atividades intelectuais, como leitura e até mesmo partidas de xadrez ou gamão (NORDON, 2009).

A literatura afirma que estímulos recreativos podem promover uma melhora na qualidade de vida, impedindo que as funções cognitivas decaiam devido ao fato da institucionalização (LEITE et al., 2009). Além disso, a alimentação equilibrada pode ser uma aliada nessa prevenção. No entanto, observou-se neste estudo que as ILP não oferecem

atividades que estimulam a memória e cognição dos idosos. Isso pode ser apontado como uma das causas da baixa pontuação obtida pelos residentes dessas instituições no MEEM.

Conclusão

A pesquisa mostrou que os idosos residentes nas ILP do município de Araguari-MG apresentaram uma expressiva

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília, 2006. 192 p.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria de Direitos Humanos. **Dados sobre o envelhecimento no Brasil**. Brasília, 2012. 9 p.
- CONVERSO, M. E. R.; IARTELLI, I. Caracterização e análise do estado mental e funcional de idosos institucionalizados em instituições públicas de longa permanência. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 56, n. 4, p. 267-272, 2007.
- FERREIRA, P. C. S.; TAVARES, D. M. S.; RODRIGUES, R. A. P. Características sociodemográficas, capacidade funcional e morbidades entre idosos com e sem declínio cognitivo. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 24, n. 1, p. 29-35, 2011.
- KOPPER, H.; TEIXEIRA, A. R.; DORNELES, S. Desempenho Cognitivo em um Grupo de Idosos: Influência de Audição, Idade, Sexo e Escolaridade. **Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia**, v. 13, n. 1, p. 39-43, 2009.
- LEITE, B. F. T.; SALVADOR, D. H. Y.; ARAÚJO, C. L. D. O. Avaliação cognitiva dos idosos institucionalizados. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 12, n. 1, p. 247-256, 2009.

perda cognitiva, sendo o gênero feminino predominantemente mais acometido. Ademais, o estudo demonstrou que quanto maior o nível de escolaridade menor o déficit cognitivo nos idosos. Neste sentido, sugere-se que seja oferecido pelas ILP mais atividades que estimulem a memória e cognição de seus residentes como forma de minimizar a perda cognitiva.

- LOURENÇO, R. A.; VERAS, R. P. Mini-Exame do Estado Mental: características psicométricas em idosos ambulatoriais. **Revista Saúde Pública**, v. 40, n. 4, p. 712-9, 2006.
- MELLO, B. L. D.; HADDAD, M. C. L.; DELLAROZA, M. S. G. Avaliação cognitiva de idosos institucionalizados. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, v. 34, n. 1, p. 95-102, 2012.
- MELO, D. M.; BARBOSA, A. J. G. O uso do Mini-Exame do Estado Mental em pesquisas com idosos no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n.12, p. 3865-3876, 2015.
- NORDON, D. G. Perda cognitiva em idosos/Cognitiveloss in theelderly. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 11, n. 3, p. 5-8, 2009.
- TRINDADE, A. P. N. T.; BARBOZA, M. A.; OLIVEIRA, F. B.; BORGES, A. P. O. Repercussão do declínio cognitivo na capacidade funcional em idosos institucionalizados e não institucionalizados. **Fisioterapia em Movimento**, v. 26, n. 2, p. 281-289, 2017.